

## **(Re)produção social do espaço e “paradigma ambiental”: notas preliminares sobre o mapeamento (e exploração) de novas raridades<sup>1</sup>**

Eliano de Souza Martins Freitas  
(Professor do Colégio Técnico da UFMG)

### **Resumo**

A emergência de uma “crise ecológica” no final dos anos 60 levou ao questionamento da sociedade moderna. Mas, durante os anos 80 e 90, essa crise transformou-se num “paradigma ambiental” que tem pautado a (re)produção do espaço. O presente texto destaca como esse paradigma serve, na atualidade, para mapear e explorar raridades. O foco da discussão são as possibilidades de inserção da água nos circuitos de valorização dos capitais, numa articulação entre os países centrais e periféricos do capitalismo.

### **Abstract**

*The emergence of an “ecological crisis” in the end of the 1960’s led to the questioning of modern society. However, during the 1980’s and 1990’s, that crisis became an “environmental paradigm” that has ever since ruled the reproduction of space. The present paper points out to how this paradigm serves, now, to map and explore rarities. The discussion focus on the possibilities of inserting the water in the circuits of valorization of capitals, in an articulation between central and peripheric capitalist countries.*

<sup>1</sup> As análises contidas neste artigo advêm de reflexões preliminares resultantes de pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-graduação do IGC/UFMG (nível doutorado), sob orientação do professor Sérgio Martins. Agradeço ao(às) geógrafo(as) William R. Alves, Rogata S. Del Gáudio, Gláucia C. Gomes e Adriana A. Ferreira pela leitura criteriosa deste texto e pelas contribuições a ele dadas.

**Palavras-chave** água; paradigma ambiental; reprodução do espaço.

**Key words** *water; environmental paradigm; reproduction of space.*

elianofreitas@gmail.com

## Da crise ecológica à edificação de um novo paradigma: o “paradigma ambiental”

É intrínseca à modernização capitalista, indutora da industrialização e por esta induzida, a integração de diversas dimensões da natureza como força produtiva da sociedade. Ou seja, existe uma relação entre os fundamentos próprios dos lugares e a modernização capitalista, cujo desdobramento é a apropriação da natureza na (e para a) produção do espaço.

Nesse processo, especialmente a partir dos primórdios da Revolução Industrial, modificou-se a relação entre sociedade e natureza. O homem, produzindo uma nova consciência de si e da natureza, passou a considerá-la infinita e como algo que não mais devia ser meramente contemplado e sim, dominado: “A natureza passa a ser vista por olhares econômicos, estratégicos e intervencionistas. A natureza não possui mais segredos” (SCARIM, 2001, p.172), sendo objetificada e tida somente como fonte de matéria-prima. O conhecimento sobre ela foi fragmentado para que se pudesse dominá-la, como protótipo da dominação do homem (PEDROSA, 2005, p.51 *et seq.*).

Essa relação aprofundou-se nos séculos XIX e XX, pois, por meio do próprio desenvolvimento capitalista, novas necessidades foram postas para o homem que buscava em sua “mãe, berço e geradora de riqueza”, as fontes primárias para suprir suas necessidades básicas. Nesse sentido, territórios e regiões foram definidos pela “capacidade técnica de transformar a natureza em objetos. Não pelo que [possuíam] de natureza, mas sim pela sua capacidade de utilizar-se dela. [...] O limite do progresso parecia não existir, a humanidade produziria o impossível” (SCARIM, 2001, p.173).

Um exemplo dessa relação foi o tratamento dado a rios e várzeas no processo de urbanização de São Paulo (e não somente dessa metrópole, já que se trata de algo inerente à urbanização – em escala mundial –, pois esta é consumo produtivo do espaço nos e pelos circuitos de reprodução do capital). Tais várzeas e rios foram literalmente integrados social e economicamente a essa urbanização (apropriados e modificados!) e transformaram-se “em força produtiva da sociedade, sob o ideário do progresso material, veiculado pelas elites locais”, tornando-se denominador comum de toda a sociedade (SEABRA, 2005, p.52-53). Desde as primeiras décadas do século XX os rios e as várzeas foram, gradativamente, incorporados à cidade: primeiramente, com os “usos econômicos que transformavam as várzeas num recurso natural para a sociedade, através da extração de areia, do pedregulho, das argilas para produção de tijolos e também dos cultivos da várzea” (SEABRA, 1987, p.76), processo esse que já trazia no bojo uma divisão social do trabalho, cujos trabalhadores viviam um tempo que era o “tempo das várzeas e dos rios”, tendo a vida sujeitada/subordinada à natureza natural do mundo; posteriormente, à medida em que ocorria a consolidação da propriedade privada da terra, esses espaços passaram a pertencer ao setor de transporte ferroviário, à indústria da construção civil, ao setor imobiliário, à indústria do automóvel etc., que dinamizaram um mercado de terra, entre outros. Nessa modernização, esses “lugares naturais” foram (e são) subordinados aos interesses da reprodução capitalista, com a produção do espaço seguindo esses interesses.

Entretanto, a partir de meados dos anos de 1980, aprofundou-se uma abordagem em que os elementos naturais são apresentados como insuficientes e frágeis. O discurso da infinitude gradativamente foi substituído pelo discurso da limitação e da carência, norteados e institucionalizando as discussões sobre os limites da natureza e as ações a serem desenvolvidas a partir daí<sup>2</sup>. Tratava-se de um discurso que fazia (e faz) uma crítica à modernização da sociedade “opondo-se” ao mundo

<sup>2</sup> Sobre o processo de elaboração da institucionalização da “questão ambiental” ver, entre outros, Ribeiro (2001).

urbano-industrial. Uma nova representação de natureza foi elaborada e um discurso da escassez de determinados elementos naturais passou a ser veiculado amplamente.

Tal processo aflorou no final dos anos sessenta e alvorecer dos anos de 1970, quando uma “crise ecológica” se acentuou no seio da sociedade devido à crescente degradação dos recursos naturais, à poluição dos elementos naturais do mundo (água, ar, extinção de espécies de flora e fauna, contaminação do solo, destruição de saberes dos povos da floresta etc.) e à quebra de alguns “equilíbrios ecológicos globais, constitutivos da biosfera, devido à destruição parcial de alguns elementos que a compõem (cf. a destruição da camada de ozônio)” (BIHR, 1999, p.124). Na sua gênese, a “crise ecológica” foi enfrentada com um questionamento centrado na crítica à relação sociedade-natureza, às formas de produção e, sobretudo, de consumo, chegando, em alguns casos, à contestação do desenvolvimento da ciência submetida à reprodução capitalista, ao mesmo tempo em que se questionavam as limitações da democracia representativa. Apontava-se para a necessidade (e possibilidade) de práticas espaciais no cotidiano cujo objetivo central fosse a ampla reapropriação das condições de existência da/na sociedade. Com a crise surgiram movimentos “substituindo”<sup>3</sup> os movimentos operários em declínio, significando a exacerbação das lutas de classe, o corporativismo territorial<sup>4</sup> etc.

Essa crise, juntamente com outras, foi expressão do enfraquecimento do chamado “pacto fordista”, indicando a necessidade de novas perspectivas para a acumulação capitalista e fazendo despertar, ainda, vários movimentos que questionavam tanto o modo de produção predominante quanto o modo de vida. O objetivo era recuperar o crescimento econômico, já com sinais visíveis de esgotamento e uma explicitação de que as promessas contidas no ideário do progresso e da civilização capitalista não se concretizariam para todos. Ao mesmo tempo, um dos desdobramentos da “crise ecológica” foi a percepção de várias debilidades dos movimentos ecológicos (por exemplo, a recorrente prática de naturalização das relações sociais, práticas elitistas, isolacionistas e reformistas<sup>5</sup>), cujo resultado foi (e é) uma crítica superficial à “sociedade industrial”.

Essas limitações dos momentos iniciais aprofundaram-se nas duas últimas décadas, verificando-se práticas que visam ao desenvolvimento dos fundamentos gerais da acumulação capitalista. Conforme demonstra Alain Bihir (1999, p.156), tem ocorrido, com frequência e através das práticas ambientais, a simples “[...] adequação social e cultural do capitalismo. Assim, [os movimentos ecológicos] puderam ser os vetores do aperfeiçoamento capitalista da sociedade, atacando seus elementos pré ou arqueocapitalistas”.

Ocorreram intensa burocratização e institucionalização da “crise ecológica”, alicerçadas no ideário do desenvolvimento sustentável, que devem ser lidas como sinal de des-radicalização política dos movimentos ecológicos, de uma adequação do restante da sociedade aos aspectos sociais e culturais do capitalismo em plena reestruturação produtiva. Noutros termos, nos dois últimos decênios, em “nome do profissionalismo, da competência e da agenda positiva” (GONÇALVES, 2004, p.141), ocorreu um definhamento da militância e da contestação dos movimentos sociais (especialmente das ONGs), contribuindo para a (re)produção capitalista do espaço.

As ações das chamadas “instituições multilaterais” e dos governos dos Estados nacionais sofreram metamorfoses discursivas e práticas (mais discursivas do que práticas, evidentemente). Um exemplo dessa mudança deu-se com o próprio Banco Mundial, que, a partir dos anos 80, incorporou o discurso ambiental em seus projetos<sup>6</sup>. Assim, o controle do desperdício, a orientação do progresso

<sup>3</sup> Uso a expressão “substituindo” entre aspas, pois vários dos novos movimentos surgiram no interior do próprio movimento operário.

<sup>4</sup> Por um lado houve, nas economias centrais, um recrescer das lutas de classe; por outro lado, houve uma perspectiva equivocada que, em defesa do “território”, resultou na transferência de indústrias poluentes para a periferia do capitalismo (por exemplo, a produção de uma nova geografia da indústria de alumínio a partir dos anos de 1980, com várias indústrias fechando-se na Europa Ocidental, no Japão e nos EUA e sendo abertas na América Latina, no Oriente Médio e na Ásia). Não obstante, no Brasil, apesar de uma intensificação da luta de classes, especialmente após o fim do “Milagre” (a luta pela redemocratização, a luta por direitos políticos, sociais e civis usurpados durante os anos de ditadura etc.), ocorreu uma dilatação do processo de proletarianização, com amplo desenvolvimento industrial em bases tayloristas. Aqui as lutas pauperaram-se mais pela ampliação do pacto fordista e menos por uma defesa dos “recursos naturais”. Noutros termos, o novo aqui foi bastante diferente do novo nas economias centrais. A defesa da natureza, não raro, foi capitaneada pelo Estado com o objetivo inequívoco de controlar a produção do espaço e a expansão da fronteira, nos moldes da ideologia do “Brasil Gigante”, que inclusive permearam as políticas educacionais dos anos 70 e 80.

<sup>5</sup> Sobre as diversas práticas dos movimentos ecológicos no contexto da Região Metropolitana de Belo Horizonte, conferir bibliografia ao final do texto.

<sup>6</sup> Sobre a incorporação da “questão ambiental” pelo Banco Mundial em seus projetos e as perspectivas e os limites dessa incorporação, ver Bizzo (1999).

econômico e a “preservação da natureza” têm marcado, pelo menos discursivamente, o comportamento dos gestores dessa instituição, os quais, juntamente com vários governos, “transferem as ações” referentes à (re)produção do espaço para as ONGs que, autonomizando-se em relação ao Estado (e, especialmente, ao conjunto da sociedade), captam recursos para projetos de preservação, projetos de despoluição etc. Tem ocorrido, ainda, uma mobilização da sociedade conforme os impulsos das “questões ambientais”, que viraram escoadouro das diversas demandas dos vários movimentos sociais. Há, entre esses, certa naturalização dos processos sociais, que acaba por redefinir os termos da prática política e cujos resultados raramente avançam para além da reprodução capitalista do espaço.

Carlos W. P. Gonçalves (2004, p.138 *et seq.*) ressalta que tem sido prática do Banco Mundial, apesar das críticas que a este são feitas pelos movimentos ambientalistas, dar apoio financeiro e operacional ao desenvolvimento de projetos em escalas gigantescas. A instituição procura assimilar essas críticas, mantendo um Programa de Pequenos Projetos (PPP), de auxílio às pequenas comunidades, que é extremamente limitado e cujo dinheiro é destinado às ONGs. Segundo Gonçalves (2004, p.138):

No caso da questão ambiental, especificamente, grande parte dos recursos para as políticas para o meio ambiente nos países pobres vem do Banco Mundial e outras instituições multilaterais. Essas instituições vêm estimulando fortemente a participação de organizações não-governamentais, a pretexto de que esses países não dispõem de recursos suficientes para cuidar do desenvolvimento e ainda do meio ambiente, porque seus governos são tidos incompetentes e corruptos.

Estamos, portanto, diante de um “paradigma ambiental”, que passa a suportar a (re)produção do espaço<sup>7</sup> e que retoma e ressignifica o “paradigma higienista” elaborado, prática e discursivamente, em momentos pretéritos da história da urbanização e da metropolização brasileira (e mundial), quando se verificou que este servia de solo propício para uma dinamização da economia política.

Esse processo tem dirigido, especialmente a partir dos anos de 1980, diversos comportamentos em várias esferas da sociedade, tanto no plano discursivo (elaboração de uma retórica que coloniza as discussões sobre a (re)produção do espaço) quanto no plano econômico, tendo, inclusive, papel predominante na determinação de práticas espaciais. Assim, há a apresentação de uma extensa lista de processos físico-bióticos como “problemas ambientais” que indicam estar em risco a existência humana – um paradigma que encobre a necessidade de discutir os nexos entre produção e impactos ambientais sobre os “elementos naturais”, individualizando a “problemática ambiental”.

Ao mesmo tempo, esse “modelo” veicula a crença de que uma “legislação draconiana” será capaz de redirecionar politicamente a produção capitalista, tornando-a “ecologicamente correta”, “diminuindo a desigualdade social” e “democratizando o acesso aos recursos naturais”. Legislação que, inclusive, dá suporte a ação monopolizadora de determinados grupos, que contemplam os requisitos da legislação, às atividades relativas à (re)produção do espaço. Simultaneamente, expressa-se uma barreira lingüística (língua técnica) que seleciona os partícipes dos processos decisórios, via elaboração de um discurso técnico ambientalmente competente mas que impede a participação de camadas populares.

Como nos lembra Éder Jurandir Carneiro (2005, p.41), esse paradigma, também denominado “desenvolvimento sustentável”, define

<sup>7</sup> Nos termos da geógrafa Odette Seabra (2004), a “insígnia da segurança” também se constitui num importante elemento que dá base a essa (re)produção do espaço e cujos resultados são a impossibilidade de recriação de referências qualitativas da urbanização e a precarização das relações sociais e afetivas, contribuindo para a edificação do que por ora chamarei de “totalitarismo urbano”.

[...] os limites do problematizável, estimulando a formação de concepções, demandas e engajamentos que se mantenham dentro de um jogo de regras e resultados pré-definidos. As lutas sociais pela apropriação das condições naturais são então reduzidas a uma discussão – entre interlocutores (cientistas, jornalistas, acadêmicos, ambientalistas, técnicos, burocratas, ONGs etc.) que se consideram “legítimos” e “responsáveis” – em torno dos múltiplos usos das condições naturais, discussão em que cada agente evoca a noção de desenvolvimento sustentável para caucionar seu posicionamento. De pequenos projetos locais de “educação ambiental” a conferências e acordos internacionais sobre biodiversidade ou redução dos níveis de emissão de gases de estufa; de projetos específicos, envolvendo “parcerias” de grandes mineradoras com ONGs conservacionistas, à criação de normas legais e agências públicas de “política ambiental”, todos evocam o “desenvolvimento sustentável” como fórmula consensual de caução e legitimidade.

Esse paradigma tem suscitado “não apenas um sistema de comunicação, mas também os organismos e instituições que se servem dele e que o servem” (LEFEBVRE, 1991, p.113), algo que estrutura o movimento de (re)produção ampliada do espaço, que viabiliza (e potencializa) a realização da economia política do/no espaço.

Assim, o que se verifica é que mais de um quarto de século se passou desde a eclosão da “crise ecológica” e o resultado foi a produção de um “paradigma ambiental” que se espalha pela sociedade e “pretende conduzir hegemonicamente” a (re)produção do espaço, pois é, na realidade, a resolução da equação dimensão ecológica + (formação) acumulação de capital. Noutros termos, ele é uma condição *sine qua non* para a reprodução ampliada de capitais com assimilação da “questão ambiental”, possibilitando (e estimulando) a preservação ecológica, desde que dentro dos marcos de valorização do capital.

Um exemplo da incorporação das “questões ambientais” aos processos de valorização do capital – e que revela a essência desse paradigma – é a perspectiva de uma divisão internacional do trabalho através dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) e dos Mecanismos de Certificação Florestal (MCF)<sup>8</sup>. Trata-se de mecanismos cujo objetivo é “evitar que a crise da dívida se torne uma crise de crédito” (GONÇALVES, 2004, p.127), já que se pretende uma troca da dívida externa dos países da periferia imediata do capitalismo por “natureza”.

No primeiro caso, a partir do Protocolo de Kyoto, pretende-se criar um mercado de CO<sub>2</sub>, com os países do capitalismo periférico se especializando na expansão de “florestas” (não raro, monoculturas) para “seqüestrar” o CO<sub>2</sub> produzido em larga escala nos países centrais do capitalismo (Japão – com 38% – e Reino Unido – com 15% – são os maiores compradores de créditos de carbono na atualidade; a Holanda desenvolve um projeto em Nova Iguaçu/RJ, no qual se pretende, nos próximos 21 anos, gerar 12MW de energia e deixar de emitir 14 milhões de toneladas de gás metano)<sup>9</sup>. Inequivocamente, propõe-se edificar uma nova divisão do trabalho, e várias empresas já atuam em países do cone sul (leia-se Brasil, Argentina e Uruguai), amealhando extensas propriedades de terra com ações violentas contra comunidades indígenas e quilombolas, que são expropriadas de seus direitos (especialmente, do direito à terra). Segundo Gonçalves (2004, p.128):

Estamos diante, pois, de uma verdadeira chantagem ambiental, que fez com que vastas áreas de alguns países – com destaque para a Costa Rica e Bolívia – fossem destinadas à preservação da natureza, inaugurando-se uma lógica que visa à conservação da biodiversidade e plantio de bosques artificiais para incrementar a capacidade de captura das emissões excedentes dos países do norte, incapazes, por si

<sup>8</sup> No caso do MCF, a ideia é garantir ao consumidor que os produtos que ele está consumindo seguem severos critérios ecológicos, sociais e econômico-produtivos acordados entre as empresas produtoras.

<sup>9</sup> Tais perspectivas têm colocado o Brasil como um dos espaços “privilegiados” para a implantação desses projetos (até junho de 2006 existiam, aproximadamente, 160 projetos em várias etapas de avaliação). O Brasil só fica atrás da Índia em projetos de negociação de créditos de CO<sub>2</sub>. Há uma previsão de que, somente na Amazônia, o governo brasileiro poderá auferir uma receita que varia entre 500 milhões e um bilhão de dólares, que poderá ser elevada caso se diminua a produção de, em média, 200 milhões de toneladas de carbono com o desmatamento. Somente uma grande empresa de “reflorestamento” em Minas Gerais, que durante a ditadura militar já havia recebido incentivos governamentais para a expansão das plantações de eucalipto no cerrado mineiro, e cujos resultados socioecológicos se expressam até o presente, desenvolve um projeto de plantio de eucalipto numa área de 23 mil hectares. A empresa pretende auferir 65 milhões de dólares nos próximos vinte anos com a venda dos créditos de CO<sub>2</sub>, amparada num discurso da preservação ambiental, já que o eucalipto servirá para diminuir a pressão sobre as áreas de cerrado e mata atlântica. Além das dimensões territoriais que servem de justificativa para esses empreendimentos, alguns bancos estatais financiam essa expansão com elevados empréstimos a longo prazo, com carência de até oito anos para o início do pagamento da dívida e amortização em até doze anos. Não obstante, os juros são baixíssimos e os bancos difundem apenas as positivities do plantio de eucalipto em suas propagandas. Simultaneamente e com apoio de empresas estrangeiras, ONGs têm adquirido terras no sul do país – e para tanto expulsam destas as populações tradicionais –, objetivando o “desenvolvimento sustentável” de seus projetos de cultivo de espécies nativas como sumidouro de CO<sub>2</sub>. Cf. <<http://agenciartatamainor.uol.com.br>>, de 13/07/2006; <[www.ecoagencia.com.br](http://www.ecoagencia.com.br)> etc

mesmos, de reduzir sua pegada ecológica. A biodiversidade assume assim um papel econômico meramente passivo – por sua capacidade de absorção de carbono – [embora não seja somente assim, como nos adverte Vandana Shiva (2001)] no balanço das emissões de gases de efeito estufa e nos processos de mitigação do aquecimento do planeta.

O desenvolvimento do “paradigma ambiental” não se restringe às políticas de MDL e MCF, descritas aqui sumariamente. Ele possibilita a colocação de “elementos naturais” (que são irredutíveis à reprodução social do homem e anteriormente abundantes) na esfera da raridade. Assim, tais elementos são estrategicamente pensados, objetivando-se a ampliação da esfera do capital privado para sua produção e, logicamente, comercialização.

### **Apontamentos iniciais sobre o “paradigma ambiental” e a exploração de novas raridades**

Na edificação do “paradigma ambiental” ocorreu uma redefinição da representação de natureza, que passou a ser considerada finita, e o resultado disso foi também a criação de diversos espaços objetivando a preservação dessa natureza (e não somente dela).

No Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA, 2004), existem 651 unidades de conservação federais. Se, por um lado, o movimento ambientalista avançou e inventou unidades de conservação cuja gestão dos “recursos naturais” tem uma relação íntima com a natureza (por exemplo, as reservas extrativistas), por outro lado outras unidades são criadas, “flexibilizando esse princípio de defesa da natureza pelas próprias populações, conquistado com muito sangue, suor e lágrimas pelos camponeses, indígenas e afro-descendentes” (GONÇALVES, 2004, p.143). Noutros termos, num momento em que se avançou na discussão e prática de gestão democrática dos “recursos naturais”, também se elevou a privatização da natureza. Esse processo serviu para a conservação da propriedade privada com o discurso de que várias unidades de conservação prestam um serviço ambiental para toda a sociedade, mesmo que mantidas privadamente, já que o Estado não consegue geri-las a contento, tendo como resultado um acelerado processo de degradação nas diversas unidades sob sua autoridade.

Refiro-me, explicitamente, às Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), que já somam 403 unidades reconhecidas pelo governo federal<sup>10</sup> e que devem ser analisadas com extrema atenção. A proposição das RPPNs foi feita através de decreto federal em 1990, quando se materializaram idéias anteriormente expostas no sentido do compartilhamento entre Estado e sociedade civil para a proteção ambiental. São áreas de conservação delimitadas por iniciativa dos proprietários fundiários, que se comprometem a conservá-las, impedindo atividades degradadoras ou potencialmente poluidoras, com o aval do IBAMA e/ou órgãos estaduais responsáveis pela fiscalização ambiental.

Inicialmente, tais áreas eram destinadas à proteção integral, sendo seus usos tão restritivos quanto os concebidos para as Reservas Ecológicas e Estações Ecológicas. No entanto, a partir de 1996 ocorreu uma importante inflexão nas legislações referentes às RPPNs, permitindo-se o seu uso para “o desenvolvimento de atividades de cunho científico, cultural, educacional, recreativo e de lazer” (BRASIL, 1996a, art. 3º) E, em 2000, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) “absorveu oficialmente a tipologia RPPN como unidade de conservação, deslocando-a, entretanto, para o grupo das unidades de manejo sustentável” (CAMARGOS, 2001, p.29).

<sup>10</sup> Segundo o IBAMA (2004), essas reservas têm uma área de 435,7 mil hectares, sendo que no estado do Mato Grosso encontram-se 173 mil hectares. No estado de Minas Gerais existe o maior número de reservas: 65. Conforme o IBAMA os estados de MS, MG e SP possuem programas próprios de reconhecimento das RPPNs.

Aliada à permissão de exploração econômica nas RPPNs instituiu-se a isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) para as áreas assim compreendidas (BRASIL, 1996b), que passaram a ser consideradas como terras legalmente produtivas e não passíveis de análise para fins de reforma agrária, com o direito de propriedade preservado. Além disso, a Reserva Particular do Patrimônio Natural foi incluída como uma das condicionantes para aprovação de projeto(s) em casos de processo de licenciamento de empreendimentos altamente impactantes, como já o haviam sido outras Unidades de Conservação de Proteção Integral.

Não obstante, os proprietários dessas unidades de conservação têm prioridade na avaliação, pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), de projetos que visem à concessão de recursos para implantação e gestão de RPPN. Há ainda para os proprietários primazia na análise das solicitações de concessão de crédito agrícola, junto às instituições de crédito, para projetos a serem implementados nas propriedades que contiverem, no seu entorno, essa unidade de conservação.

Embora se observem alguns problemas para a sua efetivação, pois se notam a inexistência de estrutura dos órgãos públicos para dar suporte às demandas para a criação de RPPNs e “a falta de incentivo [...] aos proprietários para o estabelecimento de RPPNs; não regulamentação [...] dos itens previstos nos artigos [...] do decreto 1922/96” (CAMARGOS, 2001, p.41), é inquestionável que os benefícios mencionados contribuíram para o aumento do número dessas unidades.

No estado de Minas Gerais, onde se estabeleceu o chamado Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços Ecológico (ICMS-Ecológico), que prevê a possibilidade de um repasse maior, por parte do governo do Estado, para os municípios que protejam o meio ambiente de forma mais efetiva, as RPPNs passaram a ocupar “o segundo lugar em número de unidades criadas” (CAMARGOS, 2001, p.12-13).

Entretanto, somente as atuações das prefeituras junto aos proprietários fundiários não são suficientes para explicar esse elevado aumento de RPPNs no Estado (são mais de 60 reconhecidas pelo governo federal e várias outras pelo governo estadual), até porque a alíquota a ser repassada é, ainda, considerada irrisória.

Nesse sentido, deve-se elaborar uma análise aprofundada acerca do aumento desse tipo de unidade de conservação em Minas Gerais, objetivando-se “desvendar os significados desses espaços”, que podem, através do discurso da “preservação ambiental”, estar servindo para a formação e a reprodução de capital, como um reforço à intocabilidade jurídica da propriedade fundiária, um embotamento de políticas de reforma agrária e um elemento justificador do simulacro que é o “desenvolvimento sustentável”, pois as empresas já possuem um aparato tecnológico que lhes possibilita mapear o subsolo e detectar as áreas de localização de jazimentos minerais cujos retornos econômicos seriam importantes. Ao mesmo tempo, é possível detectar áreas despossuídas de tais atributos e até mesmo garantir que elas não serão objeto de ocupações indesejadas, assegurando, assim, condições de valorização do espaço em alguns empreendimentos imobiliários.

Assim, não é descabido dizer que estamos diante de práticas que, capturadas por setores específicos da sociedade, criaram novas representações espaciais sem, contudo, alterar a essência das relações de produção, forjando, inclusive, um “jogo de mitigação” dos impactos ambientais, como a política ambiental, e contribuindo para desviar a problemática do espaço, mascarando as contradições intrínsecas ao seu processo de (re)produção.

Entretanto, as possibilidades de exploração de novas raridades não param por aí. Sem fazer um aprofundamento da questão, a produção e o fornecimento de água para o consumo humano e a sua

<sup>11</sup> No transcurso do século XIX ocorreu, em Fortaleza, a urbanização como um importante negócio envolvendo a privatização dos serviços de água. Segundo SILVA (2001), a privatização das águas públicas foi feita pela Water Company Limited, que passou a fornecer a água para consumo humano através dos diversos chafarizes que implantou em diversos lugares da cidade na segunda metade do século XIX. Fez-se o encanamento de água, o que possibilitou à empresa obter uma “renda mineral”, transformando a água em uma raridade com escassez e abundância programadas. “Através de estratégias políticas e econômicas consolidou-se a Water Company, empresa inglesa, como única empresa responsável pelo serviço no Ceará. Um outro elemento importante desse processo de extração é que, ao mesmo tempo em que foi possível extrair renda de minas, também foi possível, via serviços públicos, formar capital” (SILVA, 2001, p. 372), processo que procurou se impor e destruir antigas formas de matar a sede na província: as cacimbas e os carregamentos de água pelos escravos.

<sup>12</sup> É o Estado que, diretamente envolvido com a regulamentação e a organização da privatização, dispõe de todo um aparato para que esta se consolide; é ele que deve dispor de mecanismos para o controle do mercado, através de fiscalização, do qual o exemplo do Reino Unido é emblemático: após a privatização, tornou-se necessária a criação de um aparato regulador quase governamental para o controle e a fiscalização, para que houvesse a preservação dos serviços. Assim, assiste-se com as privatizações no setor de saneamento *não* a uma desregulamentação do mercado de água e *sim*, a uma sua re-regulamentação, pela qual o Estado passa a ter outros papéis para garantir os ganhos econômicos das empresas, mediante pagamentos indenizatórios contra a perda de lucro, a instabilidade econômica etc.

<sup>13</sup> Segundo o geógrafo (HARVEY, 2004, p. 372), ocorre uma articulação para evitar a desvalorização dos capitais: “Uma das táticas da indústria armamentista norte-americana é fazer que o governo, por razões de ‘segurança’, empreste dinheiro a algum governo estrangeiro (mais recentemente, à

relação com o desenvolvimento capitalista passaram por quatro estágios desde o século XIX. Num primeiro momento, os serviços de suprimento de água eram desenvolvidos por pequenas companhias privadas, que ofereciam água de qualidade bastante variável para uma minoria da população que tinha condições de pagar pelos serviços. “O suprimento de água era altamente estratificado socialmente e as fornecedoras de água visavam gerar o lucro para os investidores” (SWYNGEDOUW, 2004, p.34), com a inserção inclusive de empresas estrangeiras no território brasileiro<sup>11</sup>.

Posteriormente ocorreu um processo de municipalização, devido à preocupação com a deterioração das águas e com o saneamento básico precário. Houve “uma forma de socialismo municipal” (SWYNGEDOUW, 2004, p.34), no qual o lucro era preocupação secundária. Tal municipalização contou com o apoio das elites locais, que se mostravam preocupadas com os possíveis desdobramentos para elas próprias das péssimas condições sanitárias às quais estava submetida a maioria da população. Foi um processo que avançou no continente europeu e que depois foi sendo transposto para a periferia do capitalismo.

Após a primeira Guerra Mundial e com a expansão das ações fordistas-keynesianas, ampliou-se gradativamente o fornecimento de diversos serviços básicos (água, esgotamento sanitário, fornecimento de energia elétrica etc.), práticas essas que serviram para o aprofundamento da urbanização, com a dotação de infra-estrutura (represas, canais, redes de abastecimento e esgoto) para gerar um crescimento econômico e uma “política” de redistribuição da riqueza produzida, cujo resultado, como já demonstrou David Harvey (1992), não atingiu a todos na mesma proporção nem da mesma maneira.

Por fim, com o desenvolvimento da “globalização econômica”, que tem como um dos pilares a redefinição da ação do Estado junto à sociedade e nas relações entre o público e o privado<sup>12</sup>, o que se observa é um extenso processo de privatização de vários “elementos naturais” para constituição de circuitos de valorização do capital. Isso, devido a uma nova etapa de sobreacumulação de capitais, cuja desvalorização deve ser evitada. Para que ocorra essa valorização, constroem-se várias estratégias, que vão desde a expansão geográfica de atuação desses capitais “sobrantes” até a abertura de novos flancos de investimentos, numa explícita articulação, segundo David Harvey (2004)<sup>13</sup>, entre lógica capitalista e lógica territorial de poder.

Nos termos expostos por Harvey (2004), trata-se de uma “acumulação por espoliação”, com ampla ação dos governos de diversos Estados nacionais e de agências multilaterais. Dá-se, assim, a ruptura da estrutura do Estado do Bem-Estar Social (*Welfare State*), nos lugares em que ela existia, para facilitar a valorização dos capitais. O que antes era propriedade do Estado ou de uso compartilhado é entregue ao “capital sobreacumulado” para investimento lucrativo: algo presente nas economias centrais – por exemplo, a questão da habitação discutida por Harvey (2004)<sup>14</sup> para o contexto dos EUA – e que se espraia para a periferia do capitalismo, que fica refém do sistema “de circulação do capital, para que sirvam [os ‘países pobres’] de esquadros de capitais excedentes pelos quais são considerados responsáveis [...]. Os recursos dos países receptores podem ser facilmente pilhados sob as regras draconianas do pagamento da dívida” (HARVEY, 2004, p.101). Um exemplo desse processo é dado pelo próprio Harvey (2004, p.131), com relação à água:

O Banco Mundial tratou a África do Sul pós-apartheid como amostra da maior eficiência que se pode alcançar com a privatização e a liberalização dos mercados. Promoveu, por exemplo, quer a privatização da água, quer a aplicação da “total recuperação de custos” a recursos de propriedade das municipalidades. Em



vez de receber água de graça, os consumidores pagavam pelo fornecimento. Com maiores receitas, esses recursos, segundo a teoria, gerariam lucros e financiariam sua própria ampliação. Contudo, não podendo pagar as tarifas, muitas pessoas acabaram ficando sem esses serviços e, com receitas menores, as empresas aumentaram as tarifas e tornaram a água ainda menos acessível às populações de baixa renda. Um dos resultados disso, visto que as pessoas tiveram de recorrer a outras fontes de água, foi uma epidemia de cólera que matou grande número de pessoas. O objetivo declarado (administrar o uso da água para fornecê-la a todos) não pôde ser realizado devido aos métodos nos quais se insistiu. [...] Essa mesma lógica levou a Argentina a passar por uma ampla onda de privatizações (água, energia, telecomunicações, transportes) que resultou num imenso fluxo de capital sobreacumulado e numa substancial valorização de ativos, aos quais se seguiu um surto de empobrecimento de grandes massas da população.

Assim, aprofundam-se as privatizações como um “braço armado da acumulação por espoliação” (HARVEY, 2004, p.130). Os diversos grupos de investidores, na busca de novas fronteiras para o investimento de capitais, objetivando a elevação das taxas de lucro, dedicam-se a derrubar barreiras que possam impedir a produção dessa nova raridade e procuram transferir para o setor privado a responsabilidade do suprimento de água para o consumo humano. Segundo Erik Swyngedouw (2004, p.36),

[...] essa privatização dos recursos comuns através de uma estratégia de despossessão tornou-se crescentemente central à dinâmica de acúmulo na medida em que as rotas-padrão de reestruturação dos processos econômicos capitalistas existentes e os investimentos em novos produtos não eram mais suficientes para absorver o volume crescente de capital em busca de vias de investimento lucrativas. De fato, a água, juntamente com outros valores públicos, como códigos genéticos, conhecimentos locais e afins, estão rapidamente se tornando parte de tais estratégias de acumulação.

Acerca da constituição da água como nova raridade organiza-se, ainda, uma “geopolítica das águas” para viabilizar tal processo. Isso pode ser observado não só pela privatização desses serviços em várias partes do mundo, mas também pela elaboração de estudos minuciosos que, pela primeira vez na história, disponibilizam dados refinados sobre a distribuição desse “recurso natural” em todo o planeta (evidentemente, com acesso restrito). Eventos são realizados para debater a “escassez” da água e o acesso a ela, nos quais predominam os interesses da “oligarquia internacional da água”, que disputa as verdades e as políticas a serem implantadas e a criação de instituições para regular essa nova raridade (por exemplo, criação de um conselho mundial da água, constituição de uma câmara regulativa no mundo para impedir qualquer questionamento de contratos aprovados etc.).

Produz-se, ainda, um discurso de estresse hídrico, que visa a atingir todos os setores da sociedade e que já se expressa no Brasil. Refiro-me à produção de um discurso de finitude e escassez da água, cujo objetivo é acelerar os processos acima mencionados. Trata-se de uma prática que vem se reproduzindo amplamente e de diversas formas. Em Minas Gerais, recentemente, o governo estadual, através da parceria entre a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) e o Movimento de Cidadania pelas Águas, produziu – e distribuiu nas escolas de educação básica do Estado – uma cartilha (CEMIG, [200–]), objetivando “conscientizar” os estudantes para o problema de escassez de água doce que poderá afetar “toda” a sociedade no século XXI. Através de desenhos e alguns textos procurou-se veicular no material distribuído (CEMIG, [200–]) um discurso de finitude da

Polônia) para comprar equipamento militar produzido nos Estados Unidos. Transações de mercado e crédito desse gênero podem aliviar problemas de sobreacumulação num território específico, ao menos ao curto prazo. Funcionam bem em condições de desenvolvimento geográfico desigual em que os excedentes disponíveis num dado território têm a contrapartida de uma carência de oferta em outro”.

<sup>14</sup> Ver, especialmente, os Capítulos 3 e 4 de *O novo imperialismo* (HARVEY, 2004).

água devido à “morte” de muitos afluentes dos principais rios brasileiros (sem explicar a causa dessa “morte”), cujo resultado será a produção de “guerras pela água”.

Produz-se também um discurso da escassez devido à contaminação da água causada por indivíduos que têm a “cultura” de depositar nos rios todos os resíduos de suas atividades, ao mesmo tempo que se elabora uma prescrição de como os indivíduos devem fazer para economizar água (fechando as torneiras, não deixando o chuveiro ligado, regulando as descargas, não lavando as calçadas com água potável etc.), numa explícita ação de individualização de uma problemática que é do conjunto da sociedade. Nesse sentido, sequer há uma problematização das outras formas de consumo e desperdício de água doce (por exemplo, não se realiza uma análise sobre os elevados gastos de água na produção do automóvel, que chega a consumir, por unidade produzida, aproximadamente 400.000 mil litros de água. Isso, para nos restringirmos a uma análise puramente econômica<sup>15</sup>).

Dialogando com Henri Lefebvre (1991, 1999, 2003, 2004), elabora-se, em torno da água, uma representação do espaço que é homogênea, delimitada e que se transforma numa forma mental de espaço que impõe uma prática social que coloniza, inclusive, os espaços de representação (processo que demanda do pesquisador uma abordagem crítica, visando à desmistificação, à destruição dessas representações e à construção de um entendimento sobre a (re)produção do espaço).

Evidentemente, não se trata de ignorar o problema de acesso e distribuição da água, já que existem regiões onde ela é escassa e merece atenção (para citar um exemplo, basta olharmos para as periferias materialmente empobrecidas no Brasil e constataremos as dificuldades de acesso ao saneamento básico, do qual a água faz parte). Também não se deve ignorar que há um amplo processo de degradação das águas superficiais e subterrâneas com diferentes formas de contaminação e de assoreamento de mananciais. A questão é que recorrentemente se produzem discursos de escassez e finitude para viabilizar o processo de privatização da água e conseqüente valorização dos capitais investidos nesse setor, quando na verdade, segundo Carlos Walter Porto Gonçalves (2004, p.148),

[...] a água doce que circula e está disponível para consumo e ainda permite toda a sorte de vida que o planeta conhece é, em grande parte, fruto da evaporação dos mares e oceanos – cerca de 505.000 km<sup>3</sup>, ou seja, uma camada de 1,4 metro de espessura evapora anualmente dos oceanos e mares que, embora sejam salgados, não transmitem o sal na evaporação. Informe-se, ainda, que 80% dessa água evaporada dos oceanos e mares se precipita sobre suas próprias superfícies. P. H. Gleyck [...] avalia que, dos 119.000 km<sup>3</sup> de chuvas que caem sobre os continentes, 72.000 Km<sup>3</sup> se evaporam dos lagos, das lagoas, dos rios, dos solos e das plantas (evapotranspiração) e, assim, 47.000 km<sup>3</sup> anualmente escoam das terras para o mar, das quais mais da metade ocorrem na Ásia e na América do Sul, e uma grande proporção em um só rio, o Amazonas, que leva mais de 6.000 km<sup>3</sup> de água por ano aos oceanos. Assim, a água disponível para a vida é, pelo menos, desde o recuo da última glaciação entre 12 e 18 mil anos atrás, a mesma desde então até os nossos dias, com pequenas variações.

Ou seja, se por um lado não podemos ter uma concepção ingênua de que a água potável nunca faltará, uma vez que temos disponível a mesma quantidade de água doce que se tinha há milhares de anos, por outro lado as análises sobre a questão têm de considerar o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. O tratamento dado à água na contemporaneidade, em escala mundial, visa a um processo de concentração e centralização de capitais, sendo que as empresas francesas Suez e Vivendi já detêm 70% do mercado global de água. Juntas, algumas poucas empresas “oligopolizam”

<sup>15</sup> Ao mesmo tempo em que se elabora uma representação de natureza finita com a “escassez” da água, há a representação de preservação da natureza com a expansão da monocultura do eucalipto. Nesse processo, as contradições são jogadas para “debaixo do tapete”. Estudos demonstram que, dependendo do tipo de solo e clima, as plantações de eucalipto eliminam 20% a mais de água por evapotranspiração do que a pluviosidade média, além de consumir muita água para crescer (produzir um quilo de madeira de eucalipto requer o consumo médio de 350 litros d’água); que o branqueamento, com cloro, da pasta de celulose, um dos produtos do eucalipto, contamina exacerbadamente o solo e a água; e que a expansão dessa monocultura tem se desdobrado na secagem de rios e nascentes, aumento da erosão e diminuição da biodiversidade. Ou seja, estamos diante de um quadro nada alentador: ao mesmo tempo em que se veicula amplamente a escassez de água para o consumo humano, multiplicam-se, no Brasil, projetos de expansão de monoculturas, como a de eucalipto, que exigem um violento consumo de água e de outros elementos da natureza natural. Cf. FASE (2005b), entre outros.

os serviços de água, dividindo o planeta em áreas de atuação e impondo termos de negociação de água com diversos governos conforme seus interesses. Nesse processo as decisões sobre a produção e o fornecimento de água potável dão-se na esfera privada (tornada confidencial), para a qual se faz a total transferência dos poderes econômicos e políticos.

Ao mesmo tempo, agências são criadas, com o apoio da ONU, para definir uma percepção mundial sobre a água, que deve estar pautada pela privatização, e são assinados convênios que permitem a exploração de aquíferos mediante a liberação de empréstimos (o que o Banco Mundial chama de “condicionalidade cruzada”). Através da União Européia, criou-se, durante a IV Conferência da Organização Mundial do Comércio, em 2001, um dispositivo autorizando a inclusão “de ‘indústrias do meio ambiente’, que englobam os serviços de água e saneamento, entre os setores que podem ser objeto de liberalização dentro do GATT”<sup>16</sup>.

Tais processos já ocorrem no território brasileiro. No governo de Fernando Henrique Cardoso houve várias tentativas de expandir a mercantilização e a privatização da água e dos serviços de saneamento. Inicialmente, o governo do Ceará apresentou projeto de privatização da produção e do tratamento de água na Região Metropolitana de Fortaleza. Em 1996, o então senador José Serra (PSDB/SP) tentou algo semelhante para todo o Brasil, apresentando um projeto de lei que objetivava regulamentar esse setor em todo o país. Em 2001, houve nova investida do governo federal para viabilizar a privatização dos serviços de água e esgoto, e tentativas de implantar o sistema pré-pago vêm sendo desenvolvidas em alguns Estados da federação, como Goiás, Tocantins e São Paulo<sup>17</sup>.

No Rio de Janeiro, no final dos anos de 1990, passou a ocorrer uma concentração do fornecimento de serviços de água e esgoto nas mãos das mesmas empresas: a companhia concedente dos serviços é quem estipula as empresas que podem participar das licitações por ela abertas. Um critério para tanto usado naquele Estado é vincular tal participação à exigência de capital mínimo. Como essa exigência inibe o concurso de algumas empresas ao processo licitatório, o que se observa é o consórcio de pequenas empresas brasileiras com empresas estrangeiras, como a Vivendi e a Suez, tornando-se as primeiras, de fato, subsidiárias das multinacionais (RIO; SALES, 2004).

Verifica-se ainda que empresas brasileiras atuantes noutros setores da economia estão começando a atuar também nesse setor, considerado extremamente promissor. Um exemplo interessante, segundo Rios e Sales (2004), é a apropriação das concessões por empresas de engenharia e construção civil, que procuram garantir para si o total controle sobre a “venda do serviço”, desde a instalação da infra-estrutura até o fornecimento de água e esgotamento sanitário – tudo respaldado pelos critérios definidos nos editais de licitação, que sinalizam a formação de um mercado cativo. Em suma, são vários os casos de inserção de empresas de outros setores da economia no processo de privatização dos serviços de água e esgoto nos diversos estados brasileiros<sup>18</sup>.

Por um lado, os grandes investimentos para expansão da rede e o aumento da demanda podem significar a diminuição dos ganhos econômicos. Por outro, a possibilidade de aumento da produtividade e eficiência, a diminuição do desperdício, a existência de um mercado cativo, o combate às ligações clandestinas e a manipulação do aparato estatal para dotar os espaços de infra-estrutura possibilitam a elevação dos ganhos econômicos nesse setor de negócios em plena formação.

E são esses os mecanismos que hoje parecem pautar as ações do governo estadual em Minas Gerais. No final de 2005, o governo mineiro abriu licitação, através da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG), para a retomada do envasamento das águas minerais de

<sup>16</sup> Cf. FASE *Água*: um direito ameaçado. [S.l.], 2005a. Disponível em: <[www.fase.org.br/acervo\\_fase](http://www.fase.org.br/acervo_fase)>. Acesso em: 22 set. 2005.

<sup>17</sup> A esse respeito, cf. FASE (2005a); ver também Freitas (2004), especialmente o Capítulo 3.

<sup>18</sup> Como exemplo no Rio de Janeiro, cita-se o caso da Monteiro Aranha, que atua no setor de material eletrônico, seguros e telecomunicações e possui concessões em Campos, Niterói, Arraial do Cabo, Búzios, Cabo Frio, São Pedro da Aldeia e Iguaba. No estado de São Paulo, a Camargo Corrêa, cujo foco principal é a construção civil, a mineração e a metalurgia, possui uma concessão de serviços de água e esgoto em Itu; a Odebrecht, que também atua na construção civil (e em diversas outras áreas), tem uma concessão em Limeira; e a Tejofran, que atua nas áreas de segurança pessoal e patrimonial, energia elétrica e controle de tráfego, entre outras, possui uma concessão dos serviços de água e esgoto em Araçatuba e Jaú. Não obstante, a concorrência dá-se na licitação e não, na prestação de serviços. Mesmo assim, trata-se de uma concorrência “fictícia”, pois os pressupostos da licitação garantem, antecipadamente, a exclusão de determinadas empresas desde o início, enquanto grandes multinacionais já entram no processo sabendo que ganharão a disputa.

municípios que compõem o chamado “circuito das águas” – Araxá, Lambari, Cambuquira e Ca-xambu – pelo setor privado. Entretanto, tal licitação não obteve êxito. A CODEMIG e a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) assinaram então um protocolo de intenções, para que esta assumisse a exploração das águas minerais, o que, num primeiro momento, dava a impressão de “uma gestão mais responsável e que não visa lucro”<sup>19</sup>. Posteriormente, em junho de 2006, foi enviado à Assembléia Legislativa de Minas Gerais o Projeto de Lei 3.374/06, propondo a criação de três subsidiárias para a COPASA, com atuação em “regiões” distintas do território mineiro<sup>20</sup>.

As reflexões iniciais acerca desse movimento indicam que a perspectiva é a divisão da Companhia, objetivando-se tornar a matriz mais atrativa para possíveis investidores e acionistas, posto que tal separação se desdobra no fim do “subsídio cruzado” (um mecanismo utilizado atualmente pela COPASA, através do qual áreas deficitárias, no Estado, são cobertas por áreas superavitárias e o atendimento não é prejudicado); na impossibilidade de renovação de concessões em municípios considerados deficitários; na prestação de serviços diferentes em áreas distintas de Minas Gerais; e na precarização das relações de trabalho, uma vez que poderá haver contratação de trabalhadores sem concurso público, redução do quadro de funcionários da Companhia e diferenciação dos pagamentos de salários conforme o local de atuação dos empregados (SINDÁGUA, 2006). Segundo a deputada estadual Elisa Costa (PT/MG):

[...] Temos percebido, entretanto, o interesse primeiro de se mudar a concepção de uma empresa pública, pensando apenas no lucro, a exemplo de outras empresas que já foram privatizadas no País e perderam seu caráter social. Ou seja, vamos ter uma Copasa mais estruturada para um segmento da população, com determinadas tarifas, enquanto as subsidiárias atenderão a outros Municípios do Estado, e, a nosso ver, ainda não está claro se haverá a mesma qualidade, as mesmas tecnologias e o mesmo atendimento prioritário às nossas populações. Defendemos o saneamento básico para todas as regiões do Estado, pois isso é fundamental para a saúde [...] <sup>21</sup>.

Assim, a criação das subsidiárias desmantelaria a articulação hoje existente na COPASA para o atendimento de várias partes do Estado. Haveria uma separação entre a “COPASA-mãe” e as “Copasinhas”, e estas, dependendo do município de sua atuação, não teriam como garantir o saneamento básico com qualidade para as “regiões mineiras”. Simultaneamente, as possibilidades de ganhos econômicos com a exploração da água já existem em Minas Gerais. A Nestlé explora as águas minerais da cidade de São Lourenço, desmineralizando-as parcialmente e engarrafando-as, atividade cujo resultado imediato foi o extermínio, pela extração excessiva, de uma das fontes localizadas naquele município. Ao mesmo tempo, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, mais especificamente na Área de Proteção Ambiental Sul da RMBH, está sendo desenvolvido, desde 2001, um minucioso estudo sobre a hidro(geo)logia do Quadrilátero Ferrífero, o qual indica uma preocupação com o abastecimento público e o bem-estar social, podendo entretanto sinalizar também, pelo rigor da análise, um mapeamento para exploração dessa raridade.

Sem rebuscos, verifica-se o aprofundamento da (re)produção capitalista do espaço, ao mesmo tempo em que se elabora uma “economia política da água”, que incorpora à lógica de reprodução do capital a produção e a distribuição da água. Disso resultam uma tentativa de subordinação do ciclo da água aos ciclos da reprodutibilidade capitalista (que possuem ritmos temporais bastante dissonantes), uma intransparência nos procedimentos de decisão e uma diminuição no acesso às

<sup>19</sup> Informações originalmente divulgadas no boletim de notícias *Pró-cidadania* (edição de 20/03/2006) e a mim disponibilizadas, via e-mail, por seu autor, deputado Laudelino Augusto (PT/MG), membro do grupo de trabalho incumbido de estudar as propostas do protocolo e acompanhar o processo de licitação para exploração das águas minerais em Minas Gerais.

<sup>20</sup> Inicialmente, o projeto previa a criação de quatro subsidiárias, que teriam a atribuição de: a) atuar na exploração econômica dos recursos hidrominerais do Estado (águas minerais); b) executar serviços de irrigação para o Projeto Jaíba II; c) planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar e explorar serviços de abastecimento público de água e esgotamento sanitário em localidades da região dos vales do Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus onde a COPASA atue ou venha a atuar; e d) prestar serviços de abastecimento de água e saneamento básico em localidades que apresentem déficit operacional onde a COPASA atue ou venha a atuar (MINAS GERAIS, 2006).

<sup>21</sup> Informação disponível no *site* <www.almg.gov.br>, acessado em 14/08/2006.

informações sobre o líquido, o que se desdobra em profundas alterações nas “coreografias do poder político ao redor da água” (SWYNGEDOUW, 2004, p.47).

Com relação às políticas de produção e distribuição de água para o consumo humano deve-se questionar: Quais são, no contexto da privatização acentuada como mecanismo de valorização dos capitais, as estratégias adotadas no Brasil para inserção da água nos circuitos dessa valorização e que ações são desenvolvidas, no território mineiro, tanto pela esfera governamental quanto pelo setor privado? Como ocorre, no Brasil e, especificamente, em Minas Gerais, a naturalização do discurso da “escassez da água” para viabilizar a edificação desse setor de negócios? Por um lado, a metropolização e as precariedades dela resultantes fazem despertar o “demônio da política”, já que diversos movimentos se colocam em cena para reivindicar melhorias infra-estruturais, que, ao longo do tempo, se transmutaram numa procura obstinada e conformista da reprodução social capitalista (lutas pela acessibilidade pura e simples – não raro, necessária – aos atributos materiais da modernização). Por outro lado, ainda se percebem práticas de re-existência e disputas que vão além da simples acessibilidade material e que confrontam, inclusive, o instituído. São lutas por direito amplo à cidade e pela apropriação do modo de vida. Assim, deve-se questionar: Como os movimentos sociais – ONGs, sindicatos etc. – têm se colocado para o debate acerca da ampla “problemática da água” nessas paragens? Quais são as suas perspectivas? Quais são as suas limitações?

## Conclusão

Procurei demonstrar neste texto o quanto se aprofunda a (re)produção capitalista do espaço, tendo por base a exploração de novas raridades. Trata-se de processo pautado por um “paradigma ambiental” que perpassa todos os segmentos da sociedade, constituído por discursos ambientais institucionais que invadem e dominam as ações, que indubitavelmente embotam as possibilidades das práticas urbanas (LEFEBVRE, 1999) e que definitivamente inserem vários “elementos naturais” nos circuitos da valorização capitalista.

Em um livro recentemente publicado, Carlos W. P. Gonçalves (2004) ressalta que estamos diante de um “desafio ambiental”. Um desafio que é político e civilizatório, pois a idéia de progresso que acompanha “o mundo moderno-colonial” é calcada na dominação da natureza, como protótipo da dominação do homem. Em síntese, o “desafio ambiental” deve colocar a necessidade de incorporar a natureza como abundância e bem comum e não como algo escasso que deve se inscrever nos circuitos das trocas. Segundo Gonçalves (2004, p.67),

[...] privar é tornar um bem escasso e, dessa forma, numa sociedade que tudo mercantiliza, um bem só tem valor econômico se é escasso. O princípio da escassez, assim como a propriedade privada que lhe é essencial, é que comanda a sociedade capitalista e suas teorias liberais de apropriação dos recursos naturais. Ocorre que a idéia de riqueza é o contrário de escassez e aqui reside uma das maiores dificuldades da economia mercantil: incorporar a natureza como riqueza, como algo abundante, um bem comum. O desafio ambiental coloca-nos diante da necessidade de forjar novas teorias que tomem como base a riqueza e não a escassez.

Nesse sentido, cabe àqueles que refletem sobre as práticas ambientais na contemporaneidade o desafio de contribuir para superar a perspectiva acima apresentada, a qual se reproduz amplamente, já que há, no atual estágio de modernização capitalista, um predomínio de práticas industriais que incorporam, em nome da valorização do capital, as “questões ambientais”.

Assim, os horizontes a serem alcançados são os do entendimento sobre a (re)produção social do espaço e sobre a construção de uma abordagem não ecológica da urbanização que, expandindo-se assentada no “paradigma ambiental”, tem predominado e concorrido para a reprodução da dominação da natureza e dos homens. Nos termos de Amélia Damiani (2003), o conhecimento apropriado pela geografia deve buscar sempre a explicitação dos significados da (re)produção do espaço, contribuindo para a criação de uma outra perspectiva: a da produção de um espaço social que deve ser apropriado pelo conjunto da sociedade, sem a espetacularização que hoje domina e no qual as pessoas, individual e coletivamente, reconheçam sua obra e nele se reconheçam.

Trata-se de contribuir para a construção da cidadania em que o espaço é conhecido e apropriado por aqueles que devem se reconhecer enquanto sujeitos sociais que também participam da realização da história, o que não significa apenas acesso aos (ou extensão dos) direitos materiais e políticos existentes. Trata-se de produzir e instigar uma autogestão que signifique conhecer e dominar material e intelectualmente as condições de existência, elaborando um conhecimento que

[...] deve ser crítico, fazer perpetuamente sua própria crítica e visar à crítica do existente. O conhecimento visa ao global. Por sua ambição, ele visa à filosofia e a compreende. A ciência do espaço necessita caminhar nessa direção.

A geografia pressupõe um projeto do/sobre o homem. Metafilosófico, definiria Henri Lefebvre, pois inclui não só um pensamento/ação. Ela tem como função desvendar os significados do espaço na vida privada e pública, na vida social, e oferecê-los à sociedade civil.

[...] É preciso ir além do positivismo, enxergar o que aparece como incoerência, o que não se adequa aos modelos [...]. Só um pensamento dialético permite esse salto e essa mudança de qualidade do pensar. (DAMIANI, 2003, p.53-54).

## Referências

- BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário em crise*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- BIZZO, Maria Nilda da Silva. *O zoneamento sócio-econômico-ecológico e as políticas ambientais do Banco Mundial: o caso do Planaflo de Rondônia*. 1999. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- BRASIL. *Decreto n. 1.922, de 5 de junho de 1996*. Dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural e dá outras providências. Brasília, 1996a. Disponível em: <[http://www.presidencia.gov.br/ccivil-03/leis/principal\\_ano.htm](http://www.presidencia.gov.br/ccivil-03/leis/principal_ano.htm)>. Acesso em: 22 set. 2005.
- BRASIL. *Lei n. 9.393, de 19 de dezembro de 1996*. Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e sobre pagamento da dívida representada por Títulos da Dívida Agrária e dá outras providências. Brasília, 1996b. Disponível em: <[http://www.presidencia.gov.br/ccivil-03/leis/principal\\_ano.htm](http://www.presidencia.gov.br/ccivil-03/leis/principal_ano.htm)>. Acesso em: 22 set. 2005.
- CAMARGOS, Regina Maria de Fátima. *Unidades de Conservação em Minas Gerais*: levantamento e discussão. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2001.
- CARNEIRO, Éder Jurandir. Política ambiental e ideologia do desenvolvimento sustentável. In: ZHOURI, Andréa *et al.* (Org.). *A insustentável leveza da política ambiental*: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 27-47.
- CEMIG – COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. *A água nossa de cada dia*. Belo Horizonte, [200-]. Cartilha distribuída às escolas de educação básica do estado de Minas Gerais.
- DAMIANI, Amélia Luísa. A geografia e a construção da cidadania. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). *A geografia na sala de aula*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 50-61.
- FASE – FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA A ASSISTENCIA SOCIAL E EDUCACIONAL. *Água: um direito ameaçado*. [S.l.], 2005a. Disponível em: <[www.fase.org.br/acervo\\_fase](http://www.fase.org.br/acervo_fase)>. Acesso em: 22 set. 2005.
- FASE – FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA A ASSISTENCIA SOCIAL E EDUCACIONAL. *O mercado de carbono: privatização do ar*. [S.l.], 2005b. Disponível em: <[www.fase.org.br/acervo\\_fase](http://www.fase.org.br/acervo_fase)>. Acesso em: 22 set. 2005.
- FREITAS, Eliano de Souza Martins. *A reprodução social da metrópole em Belo Horizonte*. APA Sul RMBH, mapeando novas raridades. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. *Atlas de conservação da natureza*: unidades federais. São Paulo: Metalivros, 2004.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. [S.l.: s.n.], 2003. Mimeografado.

- LEFEBVRE, Henri. Universidade e democracia: proposições para uma pós-graduação crítica. *Geosp*, São Paulo, n.16, p. 31-65, 2004.
- MINAS GERAIS. *Projeto de Lei n. 3.374, de 1 de junho de 2006*. Acrescenta dispositivo à Lei n. 6.084, de 15 de maio de 1973, e autoriza a criação de empresas subsidiárias da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA-MG). Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <<http://www.almgov.br>>. Acesso em: 14 ago. 2006.
- PEDROSA, José Geraldo. A natureza do trabalho na dialética materialista. In: *Boletim mineiro de geografia*. Belo Horizonte, 2005. p. 41-66. (publicação da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Local Belo Horizonte AGB – SLBH).
- RIBEIRO, Wagner Costa. *A ordem ambiental internacional*. São Paulo: Contexto, 2001.
- RIO, Gisela Aquino Pires do; SALES, Alba Valéria de Souza. Os serviços de água e esgoto no estado do Rio de Janeiro: regulação e privatização. *Geographia*, Rio de Janeiro, ano 6, n. 12, p. 67-86, 2004.
- SCARIM, Paulo. A “rara” propriedade. In: DAMIANI, Amélia Luísa et al. *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 172-176.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Economia política do espaço: a reestruturação da Bacia do Alto Tietê. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CARRERAS, Charles. *Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 51-59.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *Os meandros dos rios nos meandros do poder – Tietê e Pinheiros: valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo*. 1987. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Territórios do uso: cotidiano e modo de vida. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 1, n. 2, p. 181-206, 2004.
- SHIVA, Vandana. *Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SILVA, Ana Cristina Mota. A produção do espaço urbano como negócio: Fortaleza da segunda metade do século XIX. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges. *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 370-377.
- SINDÁGUA – SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PURIFICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E EM SERVIÇOS DE ESGOTOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Especial PL 3374/06. *Boletim do Sindágua*, Belo Horizonte, n. 231, 9 ago. 2006.
- SWYNGEDOUW, Erik. Privatizando o H<sub>2</sub>O: transformando águas locais em dinheiro global. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 33-53, maio 2004.